

Autenticado em
Reuniao do CIL de 13/03/2026

habitu

Conteúdos programáticos da Prova Específica de Direito especialmente adequada para o acesso e ingresso ao ensino superior de candidatos maiores de 23 anos, para o ano letivo de 2026/2027.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:

1. CONCEITO DE DIREITO

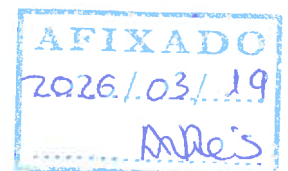
- 1.1 A necessidade do direito
- 1.2 Primeiro conceito de direito (sentido objetivo)
- 1.3 Direito em sentido subjetivo

2. O DIREITO ENTRE AS ORDENS NORMATIVAS: RELIGIÃO, CORTESIA E ÉTICA

- 2.1 Relações entre Direito e Religião
- 2.2 Relações entre Direito e Cortesia
- 2.3 Relações entre Direito e Ética

3. AS FONTES DO DIREITO

- 3.1 LEI
 - 3.1.1 Leis Constitucionais
 - a) A inconstitucionalidade material
 - b) Inconstitucionalidade orgânica
 - c) Inconstitucionalidade formal
 - 3.1.2 Normas de origem internacional
 - 3.1.3 Leis orgânicas com valor reforçado



3.1.4 Leis da Assembleia da República e Decretos-Leis do Governo

- a) Iniciativa da lei
- b) Discussão e aprovação
- c) Promulgação pelo Presidente da República
- d) Referenda do Governo
- e) Publicação no Diário da República

3.1.5 Decretos Legislativos regionais

3.1.6 Regulamentos. Poder regulamentar

3.1.7 Início da vigência das leis

3.1.8 Cessação da vigência das leis

3.2 COSTUME

3.3. JURISPRUDÊNCIA

3.4 DOUTRINA

4. INTERPRETAÇÃO DA LEI

4.1. A interpretação das leis

4.2. Formas de interpretação quanto à sua origem e valor

4.3. Problema do objeto da interpretação: objetivismo e subjetivismo; atualismo e historicismo

4.4. Elementos da interpretação

4.4.1. Elemento gramatical

4.4.2. Elemento lógico

4.2.1. Elemento racional

4.2.2. Elemento sistemático

4.2.3. Elemento histórico

a) História do Direito

b) As fontes da lei

c) Os trabalhos preparatórios

4.5 Resultados da interpretação

a) Interpretação declarativa

b) Interpretação extensiva

c) Interpretação restritiva

d) Interpretação enunciativa

d.1) Argumento da maioria de razão ou a fortiori

d.2) Argumento a contrario ou a contrario *sensu*

d.3) Argumento das relações entre meios e fins

e) Interpretação revogatória ou ab-rogante

4.6 O artigo 9º do Código Civil

5. O PROBLEMA GERAL DA APLICAÇÃO DA LEI

5.1 O problema em geral

5.2 Limites externos à aplicação da lei

5.3 A aplicação das leis no tempo (análise do art. 12.º CC)

BIBLIOGRAFIA:

Legislação obrigatória:

- Constituição da República Portuguesa (atualizada)

- Código Civil (atualizado)

Bibliografia:

1. António Santos Justo, *Introdução ao Estudo de Direito*, Petrony, 2024

2. João Baptista Machado, *Introdução ao Direito e Discurso Legitimador*, Almedina, 2017
(Reimpressão 2023)

3. Martinez, Pedro Romano, *Introdução ao Estudo do Direito*, AAFDL, 2024

4. Sousa, Miguel Teixeira, *Introdução do Direito*, Almedina, 2018 (Reimpressão 2022)